

'Brasil não leva a sério a dívida'

Os norte-americanos criticam a forma como o País trata a renegociação e uma fonte do governo advertiu que as represálias na área da informática, que estão suspensas, podem ser aplicadas a qualquer momento.

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

WASHINGTON — O Brasil não está levando a sério a data de 26 de outubro para a renegociação da dívida, que é considerada crucial pelos bancos e pelo governo norte-americano. A crítica foi feita ontem ao *Estado* e *Jornal da Tarde* por uma alta fonte do governo dos Estados Unidos, que acrescentou uma ameaça: as represálias na área da informática não foram adiadas, apenas suspensas, e podem ser aplicadas a qualquer momento.

Este é o clima que o assessor especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, encontrou ontem ao chegar aos Estados Unidos para retomar a negociação da dívida externa brasileira. Ao invés de ficar em Nova York, como estava previsto, Bracher e o diretor do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, foram para Washington para se encontrar com funcionários do Departamento do Tesouro.

Ao chegar ao Departamento do Tesouro, Bracher estranhou a dúvida do governo norte-americano sobre a seriedade do Brasil:

"Não sei o que significa isso... Essa reunião de agora está sendo feita a pedido do Brasil. A reunião do dia 25 foi feita também a nosso pedido. De modo que estamos vindo aqui para sentar e discutir. Tenho a impressão de que isto é absolutamente infundado. Esse cavalheiro que assim falou, fez alguma proposta?"

— Não. Disse que o Brasil não está dando importância ao dia 26 de

outubro (quando uma comissão interministerial americana decidirá se os credores do Brasil terão que reclassificar seus empréstimos, acumulando novos e grandes prejuízos por causa da moratória brasileira) — respondi.

"O que queremos é a solução final do problema. De fato, não estamos agonizados com uma solução intermediária. E nós acreditamos que seja possível alcançar uma solução ainda este ano (...) Não é que nós não estejamos dando importância. Mas acho que é uma importância menor do que aquela da solução total (...) Não adiante dar um passo agora se a perspectiva não é de solução".

Fernão Bracher disse que as negociações começam hoje, a partir de 9h30, com o Comitê dos Bancos Credores, e que está disposto a ficar até o Natal, "se preciso for". Mas ele gostaria de voltar antes ao Brasil.

A fonte do governo americano que falou antes a *O Estado* e ao *Jornal da Tarde* previu que só um acordo provisório poderia resolver o problema que vai crescer a cada dia, até o dia 26. Bracher, que falara há pouco em "solução total", descartaria agora a idéia de um pagamento simbólico que evitaria o pior — se para os bancos o prazo marca um registro geral de enormes prejuízos, para o Brasil pode significar o isolamento do sistema financeiro internacional.

Mas o senhor falou antes de sair do Brasil que estava disposto a recomendar um pagamento antecipado... — disse-lhe um repórter.

"Não. Não vi a imprensa brasilei-



4-10-86

Bracher: "Não estamos agonizados" para fechar o acordo

ra de hoje, ainda. Mas esse negócio aí é uma confusão muito grande. Reitero sempre: o objetivo da negociação é o de ter uma conclusão final, satisfatória, para o Brasil. Todos os caminhos que levem a este objetivo (...) são coisas válidas."

O que teria trazido Fernão Bracher ao Departamento do Tesouro, em Washington, tão inesperadamen-

te? Ele próprio revelou muito pouco. Confirmou que encontrou-se com o sub-secretário David Mulford, com os assistentes Peter McPherson e Bruce Juba, e um representante do FMI. Segundo ele, não haveria nenhuma novidade na posição do Brasil: a proposta continua a mesma apresentada no dia 25 de setembro, e que foi acrescida de sugestões de

princípios gerais, pelos banqueiros, no dia 2 de outubro.

"Foi um encontro extremamente agradável", resumiu, sem entrar em detalhes. Mudou a posição americana? "Não". Ouviu algum pedido? "Não". Um banqueiro americano, pela manhã, tinha revelado que, na semana passada, no comitê os credores, uma proposta que foi examinada era a de que o Brasil faria um pagamento simbólico dos juros suspensos com a moratória, em torno de US\$ 400 milhões, e que outros US\$ 600 milhões seriam repartidos entre os bancos credores, com um empréstimo ponte, e com o Departamento do Tesouro.

A fonte do governo americano que criticou o Brasil, na manhã de ontem, descartou um tal envolvimento da parte do Departamento do Tesouro, classificando as negociações como independentes. Mas não negou a influência dos Estados Unidos, expressa nos votos de seu representante no Banco Mundial, ou nos encontros entre o secretário James Baker com o ministro Bresser Pereira, que chegou a alterar um plano de renegociação, e com ministros de outros países, que abriu espaço para que um acordo com o FMI só seja feito depois de concluídas as negociações com os bancos comerciais.

Para esta mesma fonte, o prazo do dia 26 não deve ser desprezado, sendo "extremamente importante mesmo para o Brasil". As relações entre os dois países já estão tensas por causa dos últimos atritos na área

de informática, e a passagem do prazo os agravaria ainda mais.

O governo americano não adiou a aplicação de sanções. Só "não tomou uma decisão", nesta terça-feira, quando se reuniu o Conselho de Política Econômica, presidido pelo secretário James Baker. Questionada sobre as razões que levaram a Microsoft a recorrer diretamente do representante comercial da Casa Branca, Clayton Yeutter, e não ao Conin ou à Justiça brasileira, em sua briga com a Scopus, ela explicou:

"O caso da informática foi iniciado pelo governo americano. É algo entre governos, diferindo ao processo iniciado pelas farmácias, uma iniciativa da indústria privada."

A fonte ainda deixou claro que o Conin não pode ser considerado independente, sem um passado que lhe dê credibilidade. Mas quatro das seis licenciadas da Microsoft no Brasil, segundo informações que chegaram a Washington, estariam querendo recorrer ao Conin. Outra surpresa é a de que a Microsoft teria concluído, a base de testes, que o programa que a SEI considerou similar ao seu é diferente.

A fonte lamentou que os problemas se somem de um lado e de outro para perturbar as relações entre os dois países. A situação política delicada no Brasil, a Constituinte, a renegociação da dívida, a briga da informática, a briga da indústria farmacêutica, a nova lei do comércio norte-americano e outros problemas comerciais que "tendem a crescer no futuro".